

# SUMÁRIO

|                      |    |
|----------------------|----|
| AGRADECIMENTOS ..... | 7  |
| PREFÁCIO .....       | 13 |
| NOTA DO AUTOR .....  | 15 |

## CAPÍTULO 1

|   |    |
|---|----|
| PREMISSAS NECESSÁRIAS .....   | 17 |
| 1.1. Importância do tema e delimitação do estudo .....  | 17 |
| 1.2. Sistemas rígidos e flexíveis .....   | 20 |
| 1.3. A adoção pelo nosso ordenamento (dinâmica do procedimento sob a<br>ótica do sistema de preclusões) ..... | 27 |
| 1.4. Regra da eventualidade .....   | 32 |
| 1.5. Estabilização da demanda (arts. 264 e 294 do CPC) .....  | 38 |

## CAPÍTULO 2

|   |    |
|---|----|
| DOS ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA AÇÃO .....                 | 43 |
| 2.1. Introdução – Importância da tríplice identidade .....  | 43 |
| 2.2. Do elemento subjetivo: as partes .....                 | 50 |
| 2.3. Dos elementos objetivos: da pretensão processual ..... | 58 |
| 2.3.1. Do pedido .....                                      | 58 |
| 2.3.2. Da causa de pedir .....                              | 64 |

## **CAPÍTULO 3**

|   |     |
|---|-----|
| ESPECIFICAMENTE SOBRE A CAUSA DE PEDIR .....  | 67  |
| 3.1. Causa de pedir e sua relação com o objeto litigioso .....  | 67  |
| 3.1.1. Introdução .....   | 67  |
| 3.1.2. O conceito de pretensão .....  | 71  |
| 3.1.2.1. Objeto litigioso como afirmação jurídica (de direito ma-<br>terial) .....                    | 73  |
| 3.1.2.2. Objeto litigioso representado pelo pedido.....   | 74  |
| 3.1.2.3. Objeto litigioso representado pelo pedido e pela cau-<br>sa de pedir.....                    | 78  |
| 3.2. Conteúdo da causa de pedir .....   | 80  |
| 3.2.1. Introdução .....   | 80  |
| 3.2.2. Teoria da substanciação e individuação.....  | 82  |
| 3.2.3. Harmonização das teorias e seu reflexo na eficácia preclusiva<br>da coisa julgada.....         | 91  |
| 3.3. Fatos constitutivos (causa de pedir remota).....   | 98  |
| 3.3.1. Fato jurídico.....   | 99  |
| 3.3.2. Fato simples.....  | 102 |
| 3.4. Fundamento jurídico (causa de pedir próxima) .....   | 104 |
| 3.5. Causa de pedir passiva e ativa.....  | 110 |
| 3.6. <i>Iura novit curia</i> como presunção de conhecimento do magistrado e a<br>causa de pedir ..... | 112 |

## **CAPÍTULO 4**

|  |     |
|--|-----|
| COISA JULGADA.....   | 122 |
| 4.1. Um debate doutrinário sobre a coisa julgada no direito moderno .... | 122 |
| 4.1.1. A coisa julgada como presunção absoluta de verdade .....          | 122 |
| 4.1.2. A coisa julgada como ficção de verdade (teoria da representação)  | 124 |
| 4.1.3. A coisa julgada como certeza judicial.....                        | 127 |
| 4.1.4. A coisa julgada como eficácia da sentença .....                   | 128 |
| 4.1.4.1. Revisitando os conceitos de eficácia, efeito e conteúdo         | 128 |
| 4.1.4.2. A coisa julgada como eficácia da sentença.....                  | 133 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.1.4.3. Especificamente sobre as teorias material e proces-<br>sual da coisa julgada – As funções criadora e decla-<br>ratória..... | 138 |
| 4.1.5. A coisa julgada como atividade estatal – A separação entre<br>autoridade e eficácia – As teorias de Chiovenda e Carnelutti.   | 142 |
| 4.1.6. A coisa julgada como qualidade dos efeitos da sentença – A<br>doutrina de Liebman .....                                       | 145 |
| 4.1.7. A coisa julgada como qualidade da força da sentença – A<br>doutrina de Barbosa Moreira .....                                  | 152 |
| 4.1.8. Um desdobramento da teoria da eficácia da sentença – A<br>doutrina de Ovídio Araújo Baptista da Silva .....                   | 156 |
| 4.2. O direito positivo brasileiro e nossa posição .....   | 160 |

## **CAPÍTULO 5**

|  |     |
|--|-----|
| OS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA .....  | 166 |
| 5.1. A evolução dos limites objetivos no direito brasileiro – O art. 287 do<br>CPC/1939.....                                   | 166 |
| 5.1.1. Considerações iniciais.....   | 166 |
| 5.2. A regra do art. 287 do Código de Processo Civil de 1939.....  | 175 |
| 5.3. Os limites objetivos da coisa julgada no sistema vigente brasileiro:<br>uma leitura dos arts. 468, 469 e 470 do CPC ..... | 181 |
| 5.4. Os motivos .....  | 191 |
| 5.5. A verdade dos fatos como fundamento da sentença .....   | 195 |
| 5.6. A apreciação de questão prejudicial e a ação declaratória incidental<br>(CPC, art. 470).....                              | 197 |

## **CAPÍTULO 6**

|  |     |
|--|-----|
| EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA .....   | 204 |
| 6.1. Introdução .....  | 204 |
| 6.2. Aspectos sobre a inserção da eficácia preclusiva no ordenamento ju-<br>rídico brasileiro..... | 205 |
| 6.3. Conceito .....  | 211 |
| 6.3.1. Teoria ampliativa .....   | 227 |

|  |            |
|--|------------|
| 6.3.2. Teoria restritiva.....  | 231        |
| 6.3.3. Teoria mista.....   | 236        |
| 6.3.4. A discutida posição de Ovídio Araújo Baptista da Silva.....   | 237        |
| 6.4. Matérias alcançadas pelo efeito preclusivo.....   | 239        |
| 6.5. Efeito preclusivo da coisa julgada <i>versus</i> princípio do deduzido e dedutível.....   | 243        |
| 6.6. Eficácia preclusiva interna: análise endoprocessual. O aspecto temporal (relações continuativas e eficácia preclusiva de primeiro grau, art. 517 do CPC)..... | 245        |
| 6.7. Os limites subjetivos da eficácia preclusiva: autor, réu e terceiros.....   | 251        |
| 6.8. Eficácia preclusiva em face do efeito preclusivo na execução da sentença (art. 475-L, VI, do CPC) e da liquidação (art. 475-G).....                           | 257        |
| 6.9. Eficácia preclusiva e rescisão do julgado.....  | 261        |
| <b>CONCLUSÕES.....</b>   | <b>265</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>269</b> |